

Ata da 38ª Sessão Ordinária, do 3º Período
Legislativo, da 3ª Sessão Legislativa, da 3ª
Legislatura da Câmara Municipal de Feliz
Natal, Estado de Mato Grosso.

Aos três dias do mês de dezembro do ano de 2007, reuniram-se na Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Antoninha Leuci de Oliveira, Aníbal Alves Vilela, Gerson Antonio, Luis Carlos de Melo, Rita de Cássia Moretti Liutti, Ilton Provenzi, Pascoalina Grassioto e Carlos Adelar Faganello, sob a Presidência do vereador, Valdecir Rodrigues Garcia que declarou: “De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica do nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”. Na seqüência o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão anterior. Por não haver nenhuma observação, o Presidente colocou a mesma em votação, sendo aprovada por todos. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das correspondências recebidas desde a última Sessão. Após, o Presidente deixou a Tribuna à disposição dos vereadores. Momento onde fez uso da Tribuna o vereador o vereador Gerson Antonio fazendo comentário sobre as correspondências do dia de hoje dizendo que é importante que, as pessoas que assistem a Sessão, saiam desta Casa com a seguinte visão, estas são de momento apenas indicações dos Parlamentares do Estado que fizeram estas propostas ao Governador e neste momento as sugestões devem estar na Casa Civil, sendo acompanhada pelos assessores e pelos Secretários do Governador. E principalmente com relação a UTI Móvel não tem nada de concreto até este momento, e sendo bastante realista acredita ser difícil que chegue a realização desta indicação para nosso Município. Com relação a lama asfáltica, primeiro é preciso lembrar que já existe uma certa quantia que o Executivo negociou junto a Secretaria de Estado de Infra-estrutura. Espera que esta indicação não venha confundir os munícipes com a indicação que foi feita a poucos dias no mês de novembro, o material que chegou refere-se ao Convênio com a SINFRA, enquanto esta última, ainda está sem resposta do Executivo Estadual. Reforça que não quer que as pessoas confundam a indicação recente na Assembléia Legislativa com a

outra questão que o Executivo já havia feito um convenio com a SINFRA e esta sim é específica para a avenida Maravilha. Lembra que na data de hoje é o dia Internacional do Deficiente Físico e que por coincidência temos a votação de Projetos que contemplam principalmente este segmento da nossa sociedade uma das categorias esquecidas por toda a sociedade brasileira e talvez também no serviço público no nosso Brasil, estamos com alguns Projetos de Lei para diminuir o sofrimento destas pessoas que coincidentemente aconteceu à primeira votação no Dia Internacional do Deficiente Físico. Comunica que na mesa de cada vereador existe um Projeto alternativo para termoelétrica, mesmo chegando no momento onde começa a ter valor comercial a serragem, cavaco e todos os restos de madeira, tem ai um projeto para ser analisado para buscar parcerias principalmente junto a iniciativa privada, pois querendo ou não é uma das alternativas no período em que iniciam-se debates sobre o problema da energia em nosso País esta é uma fonte alternativa. Coloca ainda que deixou uma cópia deste trabalho com o Vice-prefeito, outra com o Prefeito Municipal e ainda deixará cópia para cada investidor e cada pessoa interessada neste trabalho para que se analise e se houver viabilidade econômica e sustentabilidade para que corram atrás da realização deste projeto que acredita de grande importância. Comenta ainda sobre uma campanha que está tendo início na Escola Estadual sobre o Livro Literário e fica o pedido para colaboração e incentivo de cada vereador principalmente sobre aquele livro que já foi lido e pode ser aproveitado por outra pessoa e se chegarmos a quinhentas unidades a Secretaria de Estado de Educação disponibilizará um servidor para a Biblioteca Estudantil da Escola Estadual André Antonio Maggi, e fica o comunicado a todos os vereadores. Será uma campanha veiculada nas rádios que terá um trabalho na nossa cidade para que consigamos este número de livros e assim tendo mais um servidor para ajudar nos trabalhos da Escola. E comenta ainda sobre uma indicação que foi protocolada nesta Casa na sexta-feira passada e nas correrias em função de final de ano e dos Projetos de Lei que estão tramitando nesta Casa, ela não pôde entrar para votação hoje, esta que vem reforçar indicações antigas de outra Legislatura e também desta Legislatura de nossa e de outra bancada. Lembra que a indicação é uma sugestão para o Executivo e Legislativo para

que busquem alternativas para nosso trânsito e lembra que esta nada tem haver com os acontecimentos dos últimos dias, pois já havia sido protocolada. Lembra que já existe esta preocupação dentro desta Casa não só desta Legislatura, mas de outras com relação ao trânsito, e estamos aguardando junto ao Detran que nos próximos dias tenha efetivamente este trabalho para nos auxiliar e cuidar do nosso trânsito que não é diferente de outras cidades da nossa Nação, é um trânsito considerado muito rápido para que nós possamos conviver. Em seguida fez uso a Tribuna o vereador Luis Carlos de Melo fazendo uma reclamação ao Executivo a respeito das licitações e compras que são feitas pelo mesmo, pois estão sendo deixados de lado o comércio do nosso Município. Deixa sua sugestão para que o Prefeito em conversa com os Secretários e responsáveis de compras dêem maior atenção ao pessoal do comércio de Feliz Natal, para assim ajudá-los, pois existem muitos que já estão pensando em ir embora do Município. Em seguida fez uso da Tribuna o vereador Aníbal Alves Vilela que em sua fala registra a perda de uma das integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro que é a senhora Leocir Eliza Martinello Ghisi que é a esposa do senhor Lucio da marcenaria que há poucos dias atrás foi comentado na Tribuna a respeito da enfermidade que esta vinha enfrentando e no dia de hoje ela veio a falecer, lamentando muita a perda desta companheira, e como Secretário do partido não poderia deixar de fazer um comentário a este respeito. E ainda faz um comentário a respeito do trânsito frisando o seguinte: na baixada onde encontra-se a instalação da empresa do vereador Carlos seria bom que fossem colocadas tartaruguinhas para que os condutores de veículos evitem a velocidade elevada com que eles conduzem principalmente nesta localidade. Pois já ocorreram diversos acidentes e até com vítimas fatais. Parabeniza o Deputado Juarez Costa que atendeu a uma indicação de sua autoria onde indicava-se a necessidade de uma UTI Móvel para o Município, e o Deputado protocolou junto ao Governador do Estado esta necessidade, e como nas palavras do vereador Gerson talvez seja um tanto quanto remoto o atendimento do Governador, mas o que nos deixa já de ante mão contente é que o Deputado fez com que nossa indicação chegasse ao conhecimento do Governador. E por não haver ninguém mais interessado em fazer uso da Tribuna, o Presidente passou a ordem do dia

solicitando ao 1º Secretário que informasse o Quorum presente, informando o mesmo que havia nove vereadores presentes. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 005/2007, que altera a tabela I da Lei Complementar nº 002/2006 que instituiu o Código Tributário do Município de Feliz Natal. Após o Presidente despachou o Projeto de Lei Complementar nº 005/2007 a Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento. Momento onde o vereador Carlos Adelar Faganello solicitou a Dispensa do Interstício. O Presidente colocou em votação a solicitação de Dispensa do Interstício, sendo aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento referente ao Projeto de Lei Municipal nº 005/2007. Após, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 005/2007, momento onde se pronunciou o vereador Carlos Adelar Faganello que solicita o apoio dos demais vereadores para a aprovação deste Projeto o qual visa o complementar o Código Tributário do Município de Feliz Natal. Dizendo ainda que não existem muitas delongas para se analisar. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar o Projeto de Lei nº 005/2007 foi colocado em única votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 034/2007, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS e institui o Conselho Municipal de Habitação – CMH, Órgão Gestor do FHIS. O Presidente despachou o Projeto de Lei Municipal nº 034/2007 a Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento. Momento onde a vereadora Rita de Cássia Moretti Liutti solicitou a Dispensa do Interstício. Momento onde pronunciou-se o vereador Gerson Antonio, questionando à Comissão sobre a existência de urgência, no sentido de que o Projeto possa atrapalhar a tramitação de algum outro Projeto do Município. Em resposta ao vereador Gerson Antonio pronunciou-se o vereador e também Presidente da Comissão Carlos Adelar Faganello dizendo que para que o Município seja contemplado com algum recurso do Conselho Nacional de Habitação. Faz-se necessário que este Conselho esteja ativo e sabemos que ano passado o Executivo Municipal justamente nesta época de final de ano acabou conseguindo mais recursos

afirma acreditar que seja este o motivo desta urgência. Uma vez que o Prefeito Municipal encontra-se licenciado para estar cuidando mais desta parte de busca de recursos em Cuiabá e Brasília e para tratar inclusive da área do Meio Ambiente, sobre os Projetos de Manejo junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Acredita que seja neste intuito que o Projeto tenha sido mandado de última hora, e ainda coloca que antes tarde do que nunca, que o Conselho deve estar regulamentado, pois se por via das dúvidas saia algum recurso o Município está apto a receber. Retorna a Tribuna o vereador Gerson Antonio que justifica seu questionamento, em função de que a Casa sempre esteve e estará a disposição em qualquer horário e em qualquer dia da semana. Por que na justificativa não diz em nenhum momento que o Prefeito Municipal esteja pleiteando algum recurso e no Projeto não contempla nem uma opção para que o Poder Legislativo esteja presente na criação de uma Comissão tão séria e que necessita tanto dos olhos da sociedade quanto dos representantes da mesma que são os nove vereadores, que foram legitimados por quatro anos para isso. Acredita que quem fizer parte a Comissão o faça com condição fiscalizatória, mas o que estamos observando é que grande parte dos conselhos mesmo que venham com Diretrizes Nacional ou Estadual que chegam no Município não contemplam vaga para o Legislativo. Mas na Comissão antiga que prevê a escolha das famílias que serão beneficiadas, esta sim contempla o Legislativo que é um tremendo pepino, pois este se expõe a todo momento a visita de pessoas que estão lá que podem ser contempladas com as casa, mas em função de que não tem para todos, a família não é contemplada. No entanto nestas situações é que o Legislativo fica com a cara a tapa e em outras que surgem não aparece a função do Legislativo contemplada, e assim se os demais vereadores tiverem a opinião de votar este Projeto em caráter de urgência afirma que não há problema, pois votará também, mas fica seu protesto. Em seguida retornou a Tribuna a vereadora Rita de Cássia Moretti Liutti que retirou a dispensa do Interstício. Neste momento o Presidente colocou em votação a retirada do pedido de Interstício. Em seguida o vereador Carlos Adelar Faganello fez uso da Tribuna dizendo que ao que parece está havendo um lapso de interpretação, pois foi comentado aqui mesmo nesta Casa de Leis que o vereador é um fiscal ele não precisa ser

convidado para participar de uma reunião, ele não tem direito a voto num Conselho deste, mas tem o direito de participar. Afirma que se os demais vereadores estão de comum acordo para a retirada do Interstício, ele será retirado sem problema nenhum. O Presidente colocou em votação a retirada da Dispensa do Interstício, sendo aprovada por unanimidade. O Presidente despachou o Projeto de Lei Municipal nº 034/2007 a Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 035/2007, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e, dá outras providências. Neste momento o 1º Secretário interrompeu a leitura do Projeto de Lei Municipal 035/2007, pois há uma discordância entre os dígitos, pois está em números cinco mil reais e por extenso está como cinqüenta e seis mil reais. O Presidente suspendeu a Sessão por alguns minutos para que seja retirada a dúvida. Retornando aos trabalhos o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal 035/2007, com ressalva ao valor correto que é de cinco mil reais. O Presidente despachou o Projeto de Lei Municipal nº 035/2007 a Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento. Momento onde o vereador Carlos Adelar Faganello solicitando a Dispensa do Interstício. Retornou a Tribuna o vereador Gerson Antonio que novamente comenta sobre a urgência do Projeto, que beneficia diretamente a administração deste Poder Legislativo por uma causa bastante justa que é o pagamento de serviços de terceiro e no caso aqui pessoa jurídica, no entanto não concorda em votar em caráter de urgência urgentíssima, colocando-se a disposição para que seja realizada a qualquer momento uma Sessão Extraordinária para a votação deste Projeto, mas retirando a Dotação de onde vai sair o recurso que é do setor de iluminação pública. A menos que seja apresentada justificativa se tem material comprado para fazer a iluminação desta cidade inclusive à ampliação. Foi orçado, existe um bom percentual de recurso foi cobrado por esta Casa e esteve suplementado com autorização prévia desta Casa, no entanto o serviço de iluminação pública encontra-se longe do contento da população e certamente se a população está descontente nós também estamos descontentes, deixa seu pedido para que não seja votado em caráter de urgência urgentíssima para termos tempo de negociar de onde vai sair

este recurso, se tem recurso sobrando na iluminação pública, que seja apresentado comprovadamente para nós, porque senão fica muito difícil para o Legislativo sustentar esta situação, pois já foram feitas grandes cobranças para iluminação pública e de repente o Poder Legislativo aceitando cinco mil reais desta dotação sem estarmos vendo grandes serviços de iluminação, inclusive ampliação a altura que a população merece ao contribuir. O Presidente colocou em votação a solicitação da Dispensa do Interstício, sendo que os vereadores Luis Carlos de Melo, Gerson Antonio, Antoninha Leuci de Oliveira e Aníbal Alves Vilela votaram contra e os vereadores Ilton Provenzi, Rita de Cássia Moretti Liutti, Pascoalina Grassioto e Carlos Adelar Faganello votaram a favor empatando assim os votos, então o Presidente votou a favor para desempate. Sendo aprovado. Neste momento o Presidente suspendeu a Sessão por alguns minutos, para que a Comissão possa fazer a análise da matéria. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento referente ao Projeto de Lei Municipal nº 035/2007. Após, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Municipal nº 035/2007, momento onde se pronunciou o vereador Carlos Adelar Faganello que na qualidade de Presidente da Comissão solicita o apoio dos demais vereadores para este Projeto, e coloca que retirando o recurso da iluminação Pública, expõem que há alguns itens na iluminação que foge do Poder Executivo pois o caso da iluminação da rua Uruguai com a Avenida Perimetral Norte é um local onde existe a necessidade de se fazer um rebaixamento de rede, e indagando este problema ao Executivo Municipal recebe a resposta de que não depende do Executivo para que este trabalho seja realizado e comenta que o período que nós encontramos é hora de darmos uma boa acelerada em relação aos Projeto que encontram-se em tramitação até por que hoje entram mais três Projetos para análise e temos ainda para este ano o Orçamento que é um votação única, e comenta ainda que espera, para o ano que vem teremos bem menos estes créditos adicionais e suplementações por que o Orçamento foi amplamente discutido por todos os vereadores, Prefeito Municipal e Secretariado em geral. E esclarece que esta suplementação será para que a Casa esteja honrando com seus compromissos, afirma não fazer parte da

Mesa Diretora, mas acredita ser de grande valia a aprovação do Projeto. Lembra que ano passado o Legislativo devolveu para a Prefeitura não cinco mil reais, mas sim duzentos e vinte mil reais. Comenta sobre a cobrança que os vereadores tem recebido e afirma ver com bons olhos esta cobrança, pois o vereador tem que ouvir, mas quando entramos nesta caminhada para representar o povo, sabíamos que isso iria acontecer. Em seguida fez uso da palavra o vereador Luis Carlos de Melo que comenta sobre seu voto contrário ao Projeto dizendo que já foi solicitado ao Executivo para que retirasse esta verba de outro lugar, pelo motivo que na Tribuna cobramos do Prefeito que melhore a iluminação pública e no entanto, este manda resposta que não dá para fazer esta obra pois não há verba, e no momento agora querem tirar a verba da iluminação pública para suprir necessidades da Casa, sabe que é necessário sim esta verba para a Casa, no entanto não concorda que seja tirada de um departamento onde já brigamos tanto para que se realize melhorias para o Município. Comenta como é que vamos nos explicar para o munícipe que cobra iluminação, dizendo que foi tirado da iluminação esta verba para outros fins. Sugere que seja conversado com o Prefeito para que seja retirado de outro lugar esta verba, pois é uma necessidade desta Casa de Leis estar cumprindo com suas responsabilidades, desculpa-se ao Presidente e aos demais vereadores, mas por estes motivos será contra a população. Neste momento o vereador Gerson Antonio retorna a Tribuna isentando a Comissão de qualquer culpa até por que o Projeto tem legalidade, é legítimo totalmente constitucional, e referindo-se ao trabalho da Comissão está corretíssimo. Porém com relação à necessidade do recurso o que nós queríamos aqui ao impedir o Interstício era evitar que o Projeto fosse votado hoje para termos a oportunidade de dialogar e discutir com o Executivo para estarmos mudando a Dotação de onde sai este recurso para o Legislativo. Nós também vamos ser cobradores deste recurso pra que o Legislativo possa fechar o exercício, e o que não é de acordo é simplesmente a Dotação de onde está saindo o recurso, que sem dúvida nenhuma uma das grandes cobranças da população no momento é a iluminação pública, tem ainda o problema seríssimo do rebaixamento das redes, mas tem que ser enfrentado e seja o Executivo seja a Rede Cemat, ou em parceria. Não podemos ficar dizendo a população que o problema é o rebaixamento ou a

reposição de lâmpadas, pois isso não justifica mais, por que a população paga impostos para receber este benefício e no entanto não está recebendo. Coloca ainda que mesmo concordando com o recurso para a Casa de Leis, vai votar contrário somente por o Projeto necessitar um momento de discussão com o Prefeito para mudança de Dotação Orçamentária. Na seqüência o Vereador Ilton Provenzi usou a Tribuna sugerindo que faça-se uma Sessão Extraordinária para a votação deste Projeto, para não gerar mais polêmica durante esta Sessão, pois as reclamações são grandes e de valia e devemos nos preocupar com estas questões também. Deixa sua sugestão para que seja retirado de Pauta o Projeto, para que amanhã ou a qualquer momento que possamos fazer uma Extraordinária para a votação. Coloca ainda que o Projeto é legal, a necessidade da Casa cumprir com seus deveres é legal, o Prefeito está disposto a ceder verba, e para evitar votos contrários e constrangimentos a melhor saída é esta que foi sugerida. Em seguida retornou Tribuna o vereador Calos Adelar Faganello que coloca que a Comissão fez seu trabalho, pois ela analisou e deu seu parecer e com parecer jurídico em mãos. Mas se o Presidente acredita ser necessária retirar de Pauta, não há problemas. Neste momento o presidente se pronunciou dizendo que a Secretária Nadia o informou que esteve a poucos minutos em conversa com o Tesoureiro Deosdete que é tanto da Câmara quanto da Prefeitura e este a informou que poderá ser tirado este Orçamento de outro lugar, mas teremos que realizar uma Sessão Extraordinária durante a semana. Na seqüência o Presidente retirou de Pauta o Projeto de Lei Municipal 035/2007. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Legislativo nº 014/2007, que autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder o uso de ônibus e microônibus de propriedade do Município, para utilização por entidades esportivas, religiosas, recreativas, culturais de serviço ou filantrópicas de Feliz Natal e dá outras providências. Após, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Municipal nº 014/2007. E por não haver ninguém interessado em se pronunciar o Projeto de Lei Legislativo nº 014/2007 foi colocado em segunda votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei legislativo nº 016/2007, que dispõe sobre normas municipais de

acessibilidade, apoio, proteção e assistência à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Após, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Municipal nº 016/2007, momento onde pronunciou-se o vereador Carlos Adelar Faganello que comenta sobre a coincidência do Projeto entrar em votação no dia em que é comemorado o Dia do Deficiente Físico, afirma que é um Projeto bem extenso e bem elaborado mas não exigiu muito estudo da Comissão para que fosse aprovado. Afirma que este Projeto deva ser aprovado logo por que a cidade está passando por um período de obras, e ainda temos o problema de que não existem muitas calçadas para os pedestres, e em lugares que existem calçadas para pessoas normais talvez seja difícil o acesso para um portador de deficiência. E onde está sendo construído novas edificações é necessário que desde agora inicie-se as adaptações que são de praxe em todo o País, e há alguns anos a sociedade começou a dar mais valor aos portadores de deficiência, pois afinal são gente como a gente. Afirma que este Projeto só vem a somar com a qualidade de vida do Município. Solicita o apoio dos demais vereadores para a aprovação deste Projeto. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar o Projeto de Lei Legislativo nº 016/2007 foi colocado em primeira votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei legislativo nº 017/2007 que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública do Centro de Orientação e Aprendizagem ao Adolescente de Feliz Natal. Após, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Municipal nº 017/2007, momento onde pronunciou-se o vereador Ilton Provenzi comentando sobre o Projeto que é muito bem direcionado as crianças e jovens, e tem certeza absoluta que será mais um grande passo que a sociedade de Feliz Natal está dando. e solicita o apoio de todos os vereadores. O Presidente retorna e solicita que o Primeiro Secretário efetue a leitura da Ata da Comissão de Redação, Finanças, Justiça e Orçamento referente ao Projeto 017/2007. Neste momento o Presidente retorna a discussão do Projeto de Lei Municipal 017/2007 onde pronunciou-se o vereador Gerson Antonio que informa que já visto com o Presidente vai ser disponibilizada uma copia desta correspondência vinda da Comissão que administra o Projeto para cada vereador para que tenham o conhecimento

dos alunos matriculados e como vai o andamento dos trabalhos, mas neste momento de votação é claro todo o Legislativo é favorável diante de qualquer Projeto de interesse público e realmente este é um Projeto ainda mais especial do que outros que tenham passado por esta casa, pois o objetivo, a causa a finalidade real do Projeto é que primeiro nos deixa emocionado de estarmos passando num período, numa fase histórica de nossa cidade de acontecimentos, de passagem em nossa cidade de pessoas que interesse real para o bem estar da população da nossa sociedade para juntamente com a ajuda de outras pessoas levar a diante idéias brilhantes que vão contribuir para com a sociedade de nosso Município, afirma que além de estar favorável a Declaração de Utilidade Pública coloca-se a disposição para algum trabalho que houver lá. Em seguida usou a Tribuna o vereador Luis Carlos de Melo que parabeniza o brilhante trabalho que o Comandante Dantas está desenvolvendo para nosso Município, parabeniza também o vereador Ilton Provenzi por ter indicado a realização deste Projeto. Afirma que existem grandes problemas da juventude de hoje, como por exemplo as drogas, as festinhas de bagunça entre outros acontecimentos que vem sendo objeto de crítica para a sociedade, e acredita que com este projeto seja amenizada esta situação. Deixa seu apoio ao Projeto e também disponibiliza-se para o que for necessário para o desenvolvimento dos trabalhos. Em seguida fez uso da Tribuna o vereador Aníbal Alves Vilela que parabeniza tanto ao Comandante da Polícia Militar senhor Dantas quanto ao vereador Ilton Provenzi pela iniciativa da realização deste brilhante trabalho. Faz uma observação questionando sobre os recursos que serão investidos na realização do Centro onde abrigará o Projeto. Em resposta ao vereador Aníbal pronunciou-se o vereador Ilton Provenzi que afirma que tudo será arrecadado de entidades, comércios, pessoas voluntárias até por que o segmento vai ser desta maneira, pois o Projeto é sem fins lucrativos. E para a manutenção sempre se dá um jeito. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar o Projeto de Lei Legislativo nº 017/2007 foi colocado em primeira votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei legislativo nº 018/2007, que dispõe sobre atendimento preferencial para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais do

município de Feliz Natal – MT e dá outras providências. De autoria da Bancada PSDB e DEM. O Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que efetue a Leitura da Ata da Comissão de Redação, Finanças, Justiça e Orçamento referente ao Projeto de Lei Legislativo 018/2007. O primeiro Secretário sugere alteração para Ata da quinquagésima nona. Após, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Legislativo nº 018/2007, momento onde pronunciou-se o Vereador Gerson Antonio dizendo que para dar apoio a um projeto deste é simples, mas já querendo fazer uma relação com o próximo Projeto que fala também sobre portadores de necessidades especiais afirma que o Projeto de Lei prioriza o atendimento especial, este atendimento especial não é simplesmente por que o idoso ou o portador de necessidade chegou, é uma condição especial que pode ser oferecida no atendimento, não é simplesmente chegar a qualquer momento e ir tomando a frente da fila. Não é que ele não irá pegar fila, mas terá um atendimento preferencial. E o outro projeto, fala sobre um Censo que é necessário para o planejamento, pois não tem como planejar uma Política Pública para que venha a atender os portadores de necessidade especial e as pessoas com mobilidade reduzida sem realizar um levantamento, então é necessário que se faça um censo. E cometa o porquê foi elaborada esta matéria como Projeto de Lei e não como Indicação, diz que é simplesmente pelo motivo de que uma indicação, às vezes fica meses e meses sem resposta e o Projeto de Lei assim que se tornar Lei será cumprido. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar o Projeto de Lei Legislativo nº 018/2007 foi colocado em primeira votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei legislativo nº 019/2007, que institui o planejamento e a execução do Censo Inclusão para identificação do perfil sócio-econômico das pessoas com necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida, residentes no município de Feliz Natal – MT e dá outras providências. De autoria da Bancada PSDB e DEM. . O Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que efetue a Leitura da Ata da Comissão de Redação, Finanças, Justiça e Orçamento referente ao Projeto de Lei Legislativo 019/2007. Após, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Legislativo nº 019/2007, momento onde pronunciou-se o vereador Carlos Adelar Faganello que

coloca que o vereador Gerson já expôs os aspectos primordiais do Projeto, mas gostaria de argumentar ainda um ponto o que nosso Município passou há alguns anos atrás por muitos acidentes principalmente no setor madeireiro que deixou muitas pessoas com dificuldades praticamente deficientes, então temos que buscar localizá-las e capacitá-las para novas atividades de trabalho, afirma que é responsabilidade do Município estar inserindo estas pessoas numa nova profissão para que possam ter seu sustento e sua sobrevivência, acredita ser um Projeto de muita valia e merece o apoio. Em seguida fez uso da palavra o vereador Gerson Antonio que pede a permissão da Comissão para acrescentar ao Projeto pessoas com mobilidade reduzida, que é um termo utilizado na Lei anterior e ficou faltando nesta. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar o Projeto de Lei Legislativo nº 019/2007 foi colocado em primeira votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei legislativo nº 020/2007. Projeto que torna obrigatória a realização de pelo menos uma audiência pública para discutir problemas, soluções e desafios da Educação no âmbito do território Municipal. De autoria da Bancada PSDB e DEM. Após o Presidente despachou o Projeto de Lei Legislativo nº 020/2007 à Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei legislativo nº 021/2007. Projeto que dispõe sobre a inclusão da Câmara de vereadores nas placas comemorativas de inaugurações sobre obras públicas construídas com recursos municipais ou conveniada. De autoria do vereador Aníbal Alves Vilela. Após o Presidente despachou o Projeto de Lei Legislativo nº 021/2007 a Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Indicação nº 078/2007 que indica a necessidade de contratar palestrantes para fazer palestras com o intuito de habilitar os funcionários públicos municipais para o bom desempenho de suas funções. De autoria do vereador Aníbal Alves Vilela. Após, o Presidente colocou em discussão a Indicação nº 078/2007 momento onde usou a Tribuna o vereador Aníbal Alves Vilela que solicita o apoio dos demais vereadores para apoiar esta indicação que está vem reforçar a indicação de dois mil e seis sugerida pela bancada do

PSDB e Democrata, ela vem com o intuito de melhorar o quadro de funcionários, pois infelizmente ainda existem alguns funcionários que não estão preparados para lidar com gente, comentando que usou este termo para que realmente venha causar impacto, pois é uma realidade do Município, existem sim funcionários que tratam muito mal as pessoas em muitos setores do Município. Comenta ainda que muitas vezes estes funcionários esquecem que quem paga seus salário não é o Prefeito, mas sim o povo pela sociedade que contribui com impostos. Sugere que seja feita uma qualificação destas pessoas para que possam atender melhor. Comenta que não recebe reclamações só dos servidores, mas também daquelas pessoas que ocupam cargo de chefe, que desacatam as pessoas que estão subordinadas a estes. E estes são os motivos por ter reforçado a indicação de outra legislatura. Comenta ainda que semana que vem esta Casa de Leis estará aprovando um Projeto de aumento de salário dos funcionários, lembra que o Prefeito o informou que no ano que vem vai haver um aumento de salário para os funcionários, e é muito constrangedor para os vereadores apoiarem o aumento de salário para pessoas que não estão desempenhando bem sua função, mas há aqueles que não estão desempenhando um bom trabalho e estas não mereceriam o aumento de salário esta é a realidade. Em seguida usou a Tribuna o vereador Gerson Antonio que comenta sobre esta indicação que também é uma sugestão da sua bancada do ano passado e nela esta exposta à necessidade destas palestras realmente, porque infelizmente existe uma boa parte dos servidores públicos não somente de Feliz Natal, mas também de outros Municípios, no Estado, na União, enfim estes esquecem que quem é o patrão do servidor público na verdade, e isso deveria ser lembrado em todas as manhãs, por que quem paga o salário do servidor é o povo e este sim é o patrão dos servidores públicos e infelizmente o mau atendimento é praxe na maioria dos locais de atendimento ao público em nosso Município tem esta categoria de servidores que insatisfeitos com o trabalho que tem, atendem mal ao povo, é uma parte, pois existem funcionários bons que podem servir de exemplo, mas o momento é de falarmos sobre os que não estão com um bom comportamento junto ao povo. Concorda com a indicação do vereador Aníbal, e faz uma sugestão na matéria onde trata-se de ser um administrador de empresas, pode ser outra

peessoa, lembra que estamos perto de um novo Concurso Público e a partir do ano que vem teremos uma nova leva de servidores que talvez também tenham a necessidade de serem melhores preparados para trabalhar com o povo. Comente que às vezes é motivo de vergonha passar por um servidor e este nem ao menos lhe cumprimentar, primeiro é falta de respeito e educação. Comenta um fato ocorrido, onde foi cumprimentar um servidor esperando que este se negasse a cumprimentá-lo para ali mesmo iniciar uma conversa um tanto quanto desagradável para com esta pessoa, pois a mesma teria passado do seu lado e fez que não o viu para não cumprimentá-lo. Comenta sobre a ala dos servidores que vêm demonstrando um ótimo trabalho e estes sim merecem que reivindicemos melhores condições de trabalho, sobre tudo motivação. Sugere então que seja realizada uma palestra para motivação dos servidores e uma outra voltada para conscientização dos servidores públicos, mostrando para estes servidores quem é realmente o seu patrão. Mas não deixando impune aqueles servidores que fazem pouco caso de qualquer munícipe. Em seguida retornou a Tribuna o vereador Carlos Adelar Faganello que afirma que a matéria é de grande valia, acredita que deveriam ser palestras para estar melhorando o serviço publico do nosso Pais. Acredita que com isso muitos aborrecimentos que acontecem não serão mais necessários. Coloca que concorda com o que o vereador Gerson disse que não é necessário que seja um administrador que realize palestras, mas que seja um motivador que possa encher de motivação as pessoas não só as que trabalham em serviço público, mas sim todas as pessoas que tenham a vontade de cada vez melhorar. E deixa seu apoio a matéria. Em seguida retorna a Tribuna o vereador Aníbal Alves Vilela que comenta sobre uma reunião que participou há um tempo atrás que tratava-se sobre uma micro-área em relação à saúde onde teve uma pessoa que ocupava um cargo de Chefia, pronunciou-se dizendo que quando as pessoas tratam bem os funcionários serão bem tratados, caso contrário receberão o mesmo tratamento. Comenta que não gostou de saber que se forem tratados mal também tratarão mal as pessoas, pelo motivo de que às vezes por um motivo ou por outros estão desacorçoados da vida e ainda receber um mal tratamento da parte dos funcionários. Comenta que na qualidade de vereadores recebem muitas criticas e reclamações mas não é motivo de

retribuir com as mesmas atitudes, então deixa uma sugestão para os cargos de Chefia e demais funcionários que tratem com melhor qualidade os munícipes. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar a Indicação nº 078/2007 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. E por não haver mais nada a constar na ordem do dia o Presidente encerrou a Sessão, e Eu lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Vereadores.